

**MAI ignora problemas na GNR e gera grande  
descontentamento dos militares**

A Associação Nacional de Guardas (ANAG-GNR) manifesta grande descontentamento face à ausência de respostas da senhora Ministra da Administração Interna aos pedidos de audiência da nossa associação. Esta indiferença face aos inúmeros problemas que afetam os militares da GNR está a gerar um clima de desagrado e sentimento de abandono por parte da tutela.

A ANAG-GNR aguarda há quatro meses uma segunda reunião de trabalho com a governante. O primeiro encontro realizou-se em 15 de dezembro passado e resumiu-se à apresentação de cumprimentos onde nos breves minutos disponíveis foram expostos os principais problemas que atingem a vida profissional dos militares. Foi posteriormente enviado à senhora ministra Constança Urbano de Sousa, um completo memorando reivindicativo, no qual se destacam as questões que a ANAG-GNR considera serem mais urgentes e que já transitaram do governo anterior.

Nesta lista constam entre outras matérias, a atualização do Estatuto da GNR, a regularização do estatuto remuneratório, as promoções de carreira, a reposição dos níveis salariais que estão congelados há vários anos, a passagem à situação de reserva, redução da contribuição para o subsistema de saúde da GNR, atualmente fixada em 3,5% mensais.

A ANAG-GNR salienta ainda a urgência em desbloquear a passagem à reserva de milhares de militares que já reúnem as condições devidas e que têm os seus pedidos rejeitados, alegadamente por falta de militares que os possam substituir. Esta situação perdura sem que seja avançada qualquer resposta por parte do MAI.

Os militares sentem-se revoltados e injustiçados, não só pela desigualdade de tratamento com os demais militares das Forças Armadas, mas principalmente pela desmesuradamente exploração a que foram sujeitos em toda a carreira militar, com a promessa que aos 36 anos de serviço transitavam para a situação de reserva como compensação dos sacrifícios despendidos, e agora veem os requerimentos indeferidos com o fundamento na escassez de efetivos com que a Guarda Nacional

Republicana se defronta, o que os deixa perplexos à fundamentação do indeferimento.

Em incumprimento está também o decreto-lei 214-F/2015, que regula o regime transitório de passagem à reserva e reforma, em vigor desde 2 de outubro e cujo prazo de execução pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) expirou em finais de março e quando questionada a CGA remete a questão para o governo. A ANAG-GNR solicitou já uma audiência ao ministro da Segurança Social, José Vieira da Silva, que tutela a CGA, mas também não obteve resposta.

Tendo em conta que no MAI não existe um assessor com quem as associações possam estabelecer a ligação com os governantes e avançar algumas das questões, fica ainda mais difícil manter um diálogo salutar com a tutela.

Refira-se ainda que dos pedidos de audiência da ANAG-GNR aos grupos parlamentares dos partidos políticos, apenas se realizaram reuniões com o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista Os Verdes. Da parte do PSD teve resposta de receção sem agendamento de reunião. Do PCP e do PS ainda não obteve sequer resposta aos pedidos de audiências.

É de referir ao partido do CDS/PP que os cortes na ordem de 13% na aposentação dos agentes da PSP, também estão a ser aplicados aos militares da GNR, por falta de aplicação do decreto-lei 214-F/2015 de 02/10, “*regime transitório de passagem à reserva e reforma*” aprovado ainda na sua legislatura.

Lisboa, 23 de abril de 2016

A Direção Nacional da ANAG-GNR